



CÂMARA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO LEGISLATIVO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

Batalhas perdidas

No século 19, parte dos trabalhadores ingleses decidiu combater o progresso tecnológico, que corretamente viam como uma ameaça a seus empregos, destruindo máquinas. Eram os ludistas. Suas ações acenderam o imaginário popular, mas não foram capazes de deter a revolução industrial.

Algo parecido pode estar ocorrendo agora em relação à internet. O fenômeno é **variegado** e abarca desde um juiz tentando proibir um aplicativo – Secret – que assegura anonimato a quem faz comentários na rede até taxistas protestando contra um programa que promove “caronas remuneradas”. Até pode haver lampejos de justiça nessas causas, mas desconfio que a derrota é inexorável.

Mesmo que o aplicativo Secret seja banido do Brasil, não será difícil para o usuário acessar versões estrangeiras das lojas de aplicativos e, assim, burlar a restrição. Quanto aos taxistas, não há muito o que fazer. Não é possível tornar ilegal a venda de algo que pode ser dado de graça totalmente dentro da lei. Se a carona gratuita é permitida, fica muito difícil impedir a carona paga.

Ao contrário de magistrados e taxistas, não estou tão **convencido** do caráter maléfico dessas novidades. Tecnologias tendem a apresentar-se em tons mais cinzentos, oferecendo diferentes combinações de benefícios e problemas. Mesmo quando são claramente desvantajosas, podem, às vezes, tornar-se um caminho sem volta.

Essa, ao menos, é a tese do geógrafo Jared Diamond, para o qual a adoção da agricultura, embora tenha sido “o pior erro da história dos seres humanos”, tendo, num só golpe, destruído a saúde das pessoas e criado as distinções sociais, se espalhou como uma praga pela humanidade. A razão principal é que povos agrícolas eram capazes de produzir muito mais gente do que a concorrência.

Basicamente, quem aposta contra a tecnologia acaba perdendo, mesmo quando tem razão.

(Hélio Schwartzman, *Folha de S.Paulo*, 31.08.204. Adaptado)

01. O autor defende a ideia de que as iniciativas que buscam conter o avanço da internet

- (A) refletem a irracionalidade do homem moderno, que ainda não se habituou à revolução industrial.
- (B) serão inevitavelmente frustradas, assim como ocorreu com as ações dos ludistas no século 19.
- (C) evitarão consequências negativas, tais como aquelas ocasionadas pela adoção da agricultura.
- (D) devem ser coibidas, pois defendem interesses particulares e, portanto, carecem de legitimidade.
- (E) acarretarão mudanças concretas e definitivas no modo como a tecnologia vem se desenvolvendo.

02. O trecho destacado em – Suas ações acenderam o imaginário popular, mas não **foram capazes de deter** a revolução industrial. – está corretamente substituído, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, preservando a correlação com a forma verbal **foram**, no pretérito perfeito, por

- (A) deterão.
- (B) detêm.
- (C) detinham.
- (D) deteram.
- (E) detiveram.

03. Um antônimo para o termo **variegado**, em destaque no segundo parágrafo, é

- (A) matizado.
- (B) diverso.
- (C) uniforme.
- (D) heterogêneo.
- (E) díspar.

04. Dois termos que apresentam sentidos semelhantes ao de **convencido**, em destaque no quarto parágrafo, são

- (A) resolvido e impassível.
- (B) deliberado e demovido.
- (C) decidido e irresoluto.
- (D) determinado e perplexo.
- (E) persuadido e convicto.

05. Considere o trecho:

No século 19, parte dos trabalhadores ingleses decidiu combater o progresso tecnológico [...]

Deslocando-se a expressão destacada, o enunciado que se mantém pontuado corretamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, é

- (A) Parte dos trabalhadores ingleses, no século 19 decidiu combater o progresso tecnológico [...]
- (B) Parte dos trabalhadores ingleses no século 19, decidiu combater o progresso tecnológico [...]
- (C) Parte dos trabalhadores ingleses, no século 19, decidiu combater o progresso tecnológico [...]
- (D) Parte dos trabalhadores ingleses decidiu combater no século 19, o progresso tecnológico [...]
- (E) Parte dos trabalhadores ingleses decidiu combater, no século 19 o progresso tecnológico [...]

06. Ao afirmar que as tecnologias “tendem a apresentar-se em tons mais cinzentos”, o autor sugere que as tecnologias são

- (A) imprevisíveis, e raramente trazem contribuições favoráveis à população.
- (B) complexas, e não devem ser vistas como positivas apenas ou negativas apenas.
- (C) maléficas, e os benefícios que aparentam proporcionar são apenas ilusórios.
- (D) benéficas, e o impacto que terão sobre a sociedade no futuro pode ser previsto hoje.
- (E) prejudiciais, e os problemas que geram são dificilmente reparados com o tempo.

07. Considere o sentido que os termos **do**, **embora** e **como** imprimem às relações que estabelecem na seguinte passagem do texto:

Essa, ao menos, é a tese **do** geógrafo Jared Diamond, para o qual a adoção da agricultura, **embora** tenha sido “o pior erro da história dos seres humanos”, tendo, num só golpe, destruído a saúde das pessoas e criado as distinções sociais, se espalhou **como** uma praga pela humanidade.

Os termos destacados estabelecem, respectivamente, sentidos de

- (A) posse, concessão e comparação.
- (B) posse, consequência e modo.
- (C) direção, causa e comparação.
- (D) intenção, causa e consequência.
- (E) direção, concessão e modo.

08. Uma expressão que revela o intuito de se evitar a generalização ou a afirmação categórica está destacada na seguinte passagem do texto:

- (A) No século 19, parte dos trabalhadores ingleses decidiu combater o progresso tecnológico, que **corretamente** viam como uma ameaça a seus empregos, destruindo máquinas. (Primeiro parágrafo)
- (B) Mesmo que o aplicativo Secret seja banido do Brasil, não será difícil para o usuário acessar versões estrangeiras das lojas de aplicativos e, **assim**, burlar a restrição. (Terceiro parágrafo)
- (C) Não é possível tornar ilegal a venda de algo que pode ser dado **de graça** totalmente dentro da lei. (Terceiro parágrafo)
- (D) Mesmo quando são claramente desvantajosas, podem, **às vezes**, tornar-se um caminho sem volta. (Quarto parágrafo)
- (E) **Basicamente**, quem aposta contra a tecnologia acaba perdendo, mesmo quando tem razão. (Último parágrafo)

09. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado a seguir, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

Para o geógrafo Jared Diamond, quando _____ a agricultura como principal modelo de subsistência, os seres humanos cometeram o pior erro de sua história: foi _____ sua saúde e _____ as distinções sociais.

- (A) adotou ... destruída ... surgiu
- (B) adotou ... destruído ... surgiram
- (C) adotaram ... destruído ... surgiu
- (D) adotaram ... destruída ... surgiram
- (E) adotaram ... destruída ... surgiu

10. Considerando o uso do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado que segue.

Mesmo que o aplicativo Secret chegue ____ ser banido do Brasil, não será difícil que o usuário tenha acesso ____ versões estrangeiras das lojas de aplicativos e, assim, fuja ____ restrição.

- (A) a ... às ... à
- (B) à ... às ... a
- (C) a ... as ... à
- (D) à ... as ... à
- (E) a ... às ... a

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Dentre as competências previstas, na Constituição Federal, para os Municípios, encontra(m)-se:
- (A) desempenhar as que lhes são reservadas e que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.
 - (B) legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
 - (C) manter o serviço postal e o correio, administrar as reservas cambiais e fiscalizar as operações de natureza financeira.
 - (D) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
 - (E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.
12. A respeito da organização e composição do Poder Legislativo no âmbito dos Municípios brasileiros, é correto afirmar que a Constituição Federal prevê que
- (A) poderá haver eleições em dois turnos nos municípios em que houver mais de 100 000 (cem mil) habitantes.
 - (B) as Câmaras Municipais serão compostas por, no mínimo, 9 (nove) e, no máximo, 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, de acordo com o número de habitantes.
 - (C) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 10% (dez por cento) da receita do Município.
 - (D) a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos dar-se-á no exercício do mandato e na circunscrição do Estado.
 - (E) a Câmara Municipal não gastará mais de 80% (oitenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.
13. Projeto de Lei Municipal aprovado pela Câmara de Vereadores de Sertãozinho é remetido para a sanção do Prefeito Municipal, que, por considerar o projeto contrário ao interesse público, entende por vetá-lo. Nesse caso, cabe à Câmara Municipal
- (A) apreciar o veto, dentro de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.
 - (B) aceitar o veto e propor novo projeto de lei, na legislação seguinte, que verse sobre o mesmo tema.
 - (C) apreciar o veto, dentro de 60 (sessenta) dias a contar de seu recebimento, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos vereadores.
 - (D) anular o veto do Prefeito Municipal, pois o veto somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
 - (E) aceitar o veto e propor novo projeto de lei, desde que conte com a proposta de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
14. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os efeitos do controle de constitucionalidade.
- (A) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo.
 - (B) As recentes decisões do Supremo Tribunal Federal consideram que modular temporalmente os efeitos das declarações de inconstitucionalidade é inconstitucional, não cabendo a nenhum julgador a prerrogativa de atribuir efeitos, em algum momento, a uma norma fulminada pelo vício de inconstitucionalidade.
 - (C) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
 - (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, nas ações declaratórias de constitucionalidade, nos recursos extraordinários e nas reclamações constitucionais, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo.
 - (E) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de ordem pública, poderá o Supremo Tribunal Federal, pela maioria absoluta de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
15. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos civis da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal observará, segundo a Constituição Federal,
- (A) a assiduidade, o empenho, o grau de complexidade do trabalho prestado e a pró-atividade.
 - (B) a assiduidade, a disciplina, a capacidade de iniciativa, a produtividade e a responsabilidade.
 - (C) a adequação aos conteúdos dos cargos e às condições reais de trabalho e a atribuição de adicionais e gratificações aos servidores.
 - (D) a eficiência dos serviços prestados e a garantia de realização de concursos para todos os cargos efetivos.
 - (E) a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.

- 16.** Estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada é função
- (A) do orçamento anual.
 - (B) dos créditos suplementares.
 - (C) dos créditos extraordinários.
 - (D) da lei do plano plurianual.
 - (E) da lei de diretrizes orçamentárias.
- 17.** Acerca das disposições constitucionais sobre política urbana, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 estabelece que
- (A) caso a propriedade urbana não cumpra sua função social, o Poder Público municipal poderá, a seu critério, determinar parcelamento compulsório, cobrança de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, ou desapropriação.
 - (B) aquele que possuir, como sua área urbana de até 300 (trezentos) metros quadrados, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (C) a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas pelo Estado, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
 - (D) é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
 - (E) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de 50 000 (cinquenta) mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, cabendo-lhe fazer as exigências fundamentais de ordenação da cidade.
- 18.** Cidadão procura a Câmara Municipal de Sertãozinho e elabora pedido de acesso à informação nos termos da Lei Federal n.º 12.527/11. O documento que conteria a resposta à solicitação do cidadão, no entanto, contém algumas informações sigilosas. Nesse caso, deverá a Câmara Municipal
- (A) negar ao cidadão o acesso ao documento, a fim de preservar o sigilo que reveste as informações protegidas.
 - (B) assegurar ao cidadão o acesso à parte não sigilosa do documento, por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
 - (C) divulgar o conteúdo integral do documento ao cidadão, ficando este responsável por não reproduzir as informações sigilosas a que teve acesso.
 - (D) solicitar àqueles sobre quem o sigilo verse autorização para o acesso do cidadão ao documento.
 - (E) divulgar o conteúdo integral do documento ao cidadão, sem nenhuma restrição, em razão da prevalência do princípio da transparência.
- 19.** Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 201/67, na hipótese de o Prefeito Municipal deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária, ele
- (A) terá cometido um crime de responsabilidade, sujeito ao julgamento pelo Tribunal de Justiça e sancionado com a cassação do mandato.
 - (B) ficará sujeito à pena de suspensão do mandato pelo cometimento de crime contra o livre exercício do Poder Legislativo.
 - (C) terá cometido uma infração político-administrativa, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.
 - (D) poderá ser afastado do cargo, e o Município poderá sofrer intervenção estadual.
 - (E) responderá por improbidade administrativa, além da respectiva sanção penal a ser imposta pelo juízo criminal.
- 20.** Assinale a alternativa correta a respeito da desapropriação.
- (A) O espaço aéreo e o subsolo são insuscetíveis de desapropriação.
 - (B) Bens públicos não podem ser desapropriados.
 - (C) A segurança nacional enseja a desapropriação por utilidade pública.
 - (D) O Poder Legislativo não poderá tomar a iniciativa da desapropriação.
 - (E) O Poder Judiciário pode decidir se estão presentes ou não os casos de utilidade pública.
- 21.** “Toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública, condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social” (Hely Lopes Meirelles), perfaz o conceito de
- (A) poder de polícia.
 - (B) função social da propriedade.
 - (C) servidão pública.
 - (D) plano diretor.
 - (E) limitação administrativa.
- 22.** A concessão de serviço público precedida da execução de obra pública deve ser licitada na modalidade
- (A) pregão.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) concorrência.
 - (E) concurso.

23. Assinale a alternativa correta a respeito do processo administrativo disciplinar.
- (A) O reconhecimento da negativa de autoria no juízo criminal vincula a Administração no processo disciplinar.
 - (B) Não se aplica às apurações de faltas cometidas por servidor em cargo de comissão.
 - (C) O princípio da verdade sabida permite a aplicação da pena cabível diretamente pela autoridade competente.
 - (D) Se for instaurado para apuração de falta punível com demissão, deve ser precedido da sindicância.
 - (E) A decisão criminal que entende não haver prova para condenação do réu repercute na esfera administrativa.
24. Considerando a doutrina pátria e o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, um exemplo de ato que pode ser revogado.
- (A) O ato válido.
 - (B) O ato vinculado.
 - (C) Aquele que concede aposentadoria a servidor público.
 - (D) O parecer.
 - (E) O atestado.
25. No tocante à cláusula contratual denominada *exceptio non adimpleti contractus*, é correto afirmar que
- (A) não é aplicável aos contratos administrativos.
 - (B) pode ser utilizada pelo particular que contratou com o poder público, em algumas situações, para pedir judicialmente a rescisão contratual.
 - (C) pode ser utilizada apenas pela Administração Pública, em algumas hipóteses legais, que a permite deixar de cumprir sua obrigação contratual.
 - (D) não pode ser invocada pelo particular contratado em razão do princípio da continuidade do serviço público.
 - (E) permite ao particular, por exemplo, deixar de cumprir um contrato quando a Administração Pública atrasar o pagamento por 60 dias ou mais.
26. Nos termos do que estabelece a Lei n.º 8.666/93, se a Câmara Municipal pretender contratar uma empresa de notória especialização para trabalho profissional técnico de natureza singular, relativo a serviço de publicidade e divulgação, é correto afirmar que
- (A) poderá fazê-lo diretamente por inexigibilidade de licitação.
 - (B) deverá fazê-lo por meio de licitação, obrigatoriamente, na modalidade concorrência.
 - (C) deverá fazê-lo por meio de licitação, vedada a inexigibilidade para esse tipo de serviço.
 - (D) poderá fazê-lo diretamente por dispensa de licitação.
 - (E) terá que fazê-lo por meio de pregão eletrônico.
27. Assinale a alternativa correta no que tange aos defeitos do negócio jurídico.
- (A) A grave ameaça de iminente dano aos bens da pessoa não é causa hábil para anular o negócio jurídico.
 - (B) O erro concernente à identidade da pessoa não configura erro substancial, afastando a possibilidade de anulação do negócio jurídico, ainda que a identidade fosse relevante para a conclusão do negócio.
 - (C) Em regra, o dolo, ainda que accidental, enseja na possibilidade de anulação do negócio jurídico.
 - (D) A pessoa que, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da contraprestação pode pleitear a anulação do negócio jurídico.
 - (E) O credor com crédito constituído após o negócio jurídico praticado em fraude contra credores pode pedir a anulação deste.
28. É correto afirmar que o negócio jurídico simulado
- (A) é anulável, no prazo decadencial de 4 (quatro) anos, a pedido da parte prejudicada.
 - (B) em regra, pode convalescer com o decurso do tempo, desde que não haja efetivo prejuízo para terceiros.
 - (C) é nulo, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido em sua forma e substância.
 - (D) pode ser anulado de ofício pelo juiz, em decisão com eficácia *ex nunc*.
 - (E) é causa de nulidade, que não pode ser alegada pela própria parte para justificar descumprimento de suas obrigações contratuais.
29. É correto afirmar que a interrupção da prescrição
- (A) pode ocorrer por notificação extrajudicial enviada pelo credor ao devedor.
 - (B) é possível tão somente em virtude de atos ocorridos no curso de processo judicial.
 - (C) em regra, não afeta o fiador, quando produzida somente contra o devedor principal.
 - (D) quando efetuada contra um dos devedores solidários, não prejudica aos demais.
 - (E) quando promovida por um dos credores solidários, aproveita aos demais.

30. Com relação às formas de aquisição e perda da propriedade imóvel, assinale a alternativa correta.
- (A) De acordo com a sistemática adotada pelo direito brasileiro, em regra, há transferência da propriedade imóvel no ato da confecção da escritura pública de venda e compra.
 - (B) A posse de má-fé obsta a prescrição aquisitiva de bem imóvel, independentemente do prazo transcorrido.
 - (C) Os efeitos da renúncia ao direito de propriedade independem do registro do ato de renúncia no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) Para fins de contagem do tempo exigido para prescrição aquisitiva, o possuidor poderá acrescentar à sua posse a de seus antecessores, contanto que todas sejam contínuas e pacíficas.
 - (E) O abandono não configura hipótese de perda da propriedade imóvel.
31. Assinale a alternativa correta acerca do direito real de usufruto.
- (A) Admite-se a transferência do direito real de usufruto por alienação.
 - (B) Pode o usufrutuário alugar o bem, recebendo os frutos da locação.
 - (C) É vedada a cessão do exercício do usufruto.
 - (D) Em regra, as despesas condominiais são de responsabilidade do nu-proprietário.
 - (E) Com a morte do usufrutuário, transmite-se aos herdeiros o usufruto.
32. Assinale a alternativa correta acerca do instituto da hipoteca.
- (A) A propriedade superficiária não pode ser objeto de hipoteca.
 - (B) É vedada a pluralidade de hipotecas sobre o mesmo bem.
 - (C) É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
 - (D) As hipotecas legais independem de registro público.
 - (E) Em regra, a arrematação do bem não é causa de extinção da hipoteca.
33. Assinale a alternativa correta acerca do contrato de compra e venda e de suas cláusulas especiais.
- (A) É nula a cláusula que atribua a terceiro a fixação do preço da compra e venda.
 - (B) Não havendo cláusula em sentido contrário, as despesas com escritura e registro serão suportadas pelo vendedor.
 - (C) É vedada a estipulação de cláusula contratual que reserve ao vendedor a propriedade até que haja o pagamento integral do preço.
 - (D) Estipulada cláusula de retrovenda, o vendedor não ficará obrigado a ressarcir as benfeitorias necessárias realizadas no bem.
 - (E) O direito de preferência, quando houver, não se transmite aos herdeiros.
34. O caso fortuito e a força maior são excludentes da responsabilidade civil por inexistência do seguinte requisito:
- (A) nexa de causalidade.
 - (B) ato ilícito.
 - (C) culpa.
 - (D) dano.
 - (E) ação humana.

DIREITO DO CONSUMIDOR

35. A educação e a informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo, implicam no princípio nuclear, previsto no Código de Defesa do Consumidor, conhecido por princípio da
- (A) acessibilidade.
 - (B) informação.
 - (C) economicidade.
 - (D) concorrência.
 - (E) efetividade.
36. Assinale a alternativa que contempla o princípio do dever governamental.
- (A) Coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízo aos consumidores.
 - (B) Harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica estabelecida pela Constituição Federal, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.
 - (C) Incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.
 - (D) Reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
 - (E) Estudo constante das modificações do mercado de consumo.

37. O princípio da _____ emana da adequação dos produtos e serviços ao binômio qualidade-segurança e atende completamente aos objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo, conforme previstos na Lei n.º 8.078/90, refletindo-se no atendimento de eventuais problemas dos consumidores, no tocante à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria de sua qualidade de vida.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) vulnerabilidade
- (B) boa-fé objetiva
- (C) publicidade
- (D) transparência
- (E) garantia da adequação

38. A determinação do Código de Defesa do Consumidor que impõe a identificação de anúncio ou publicidade, que não pode ser enganosa ou dissimulada e que deve indicar a marca, a firma, o produto ou o serviço, sem induzir a erro o consumidor, é conhecida como princípio da

- (A) efetividade.
- (B) nomenclatura.
- (C) identificabilidade.
- (D) racionalidade.
- (E) abstração.

39. O princípio da correção do desvio publicitário

- (A) proíbe conteúdo desleal de cláusula nos contratos referentes a relações de consumo, impondo a nulidade dos contratos.
- (B) impõe a contrapropaganda.
- (C) sustenta ser a prevenção de prejuízos patrimoniais e extrapatrimoniais um direito básico do consumidor.
- (D) visa a proteção do consumidor de modo a evitar a ruptura na harmonia das relações de consumo.
- (E) determina a inversão do ônus da prova.

40. Assinale a alternativa correta acerca da Ação Popular, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei n.º 4.717/1965.

- (A) Pessoas jurídicas têm legitimidade para propor ação popular.
- (B) Não cabe recurso contra a decisão liminar que suspender o ato lesivo impugnado.
- (C) A sentença de procedência é recorrível, por meio da interposição de recurso de apelação, recebido apenas no efeito devolutivo.
- (D) Desistindo o autor da ação, poderá o representante do Ministério Público promover seu prosseguimento.
- (E) Improcedente a ação, arcará o autor com os ônus da sucumbência.

41. Considerando o procedimento ordinário, é correto afirmar que

- (A) a contestação deverá ser apresentada na audiência de instrução e julgamento.
- (B) se admite a formulação de pedido contraposto, a ser apresentado na contestação.
- (C) havendo preliminares de mérito, é obrigatória a concessão de prazo para réplica.
- (D) o não comparecimento do réu à audiência preliminar levará à aplicação dos efeitos da revelia.
- (E) o rol de testemunhas deverá ser apresentado na petição inicial e na contestação, sob pena de preclusão.

42. Assinale a alternativa correta acerca da ação reivindicatória e de suas peculiaridades.

- (A) Tem natureza de interdito possessório, objetivando a reintegração de posse de bem imóvel.
- (B) Pode o réu, em contestação, alegar exceção de domínio com fundamento na usucapião.
- (C) O autor deve demonstrar a posse anterior, mas não se exige a comprovação da propriedade do bem.
- (D) A ação segue rito especial, definido no vigente Código de Processo Civil.
- (E) Presta-se à expedição de mandado proibitório àquele que ameaça praticar turbação ou esbulho ao possuidor.

43. Assinale a alternativa correta acerca dos embargos de terceiro.
- (A) Após a arrematação do bem, não são cabíveis embargos de terceiro.
 - (B) Nos embargos de terceiro, não há condenação em honorários de sucumbência.
 - (C) Não são cabíveis embargos de terceiro na fase de conhecimento, em razão da impossibilidade de atos de definitiva constrição patrimonial.
 - (D) O assistente simples não é parte legítima para opor embargos de terceiro.
 - (E) O compromissário comprador tem legitimidade para impedir, por meio dos embargos de terceiro, a constrição do objeto da compra e venda.
44. Assinale a alternativa correta em relação ao recurso interposto na forma adesiva.
- (A) É admitido apenas em caso de sucumbência recíproca.
 - (B) Se interposto o recurso na forma ordinária, poderá a parte substituí-lo por novo recurso, na forma adesiva.
 - (C) O não conhecimento do recurso principal não prejudica a análise e o julgamento do recurso interposto na forma adesiva.
 - (D) O recurso interposto na forma adesiva deverá ser interposto simultaneamente à apresentação da resposta ao recurso da parte contrária, sob pena de preclusão.
 - (E) É admitido nos recursos de agravo, ordinário, apelação, embargos infringentes e recursos especial e extraordinário.
45. No que tange aos embargos à execução, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso o fundamento exclusivo seja excesso de execução, a prestação de caução do valor incontroverso é requisito de admissibilidade dos embargos.
 - (B) Havendo mais de um executado, conta-se separadamente o prazo para opor embargos à execução, a partir da juntada de cada mandado de citação.
 - (C) Em regra, os embargos à execução são dotados de efeito suspensivo, salvo quando houver risco de grave lesão ao embargado.
 - (D) A apresentação de exceção de executividade (ou pré-executividade) suspende o prazo para oposição de embargos.
 - (E) A sentença de improcedência dos embargos à execução é recorrível por meio de recurso de apelação, que será recebido no duplo efeito.
46. Com relação à Lei n.º 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança, bem como entendimento jurisprudencial a respeito do tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Em caso de decisão denegatória, o mandado de segurança não poderá ser renovado, ainda que a decisão não tenha apreciado o mérito.
 - (B) É inconstitucional a fixação de prazo decadencial, por lei, para impetração de mandado de segurança.
 - (C) Concedida ou denegada a segurança, a sentença estará sujeita ao reexame necessário.
 - (D) Cabem embargos infringentes contra o acórdão que, em julgamento de recurso de apelação, reformar, por maioria de votos, a sentença de mérito do mandado de segurança.
 - (E) É obrigatória a intimação do Ministério Público para que participe do mandado de segurança.
47. De acordo com a Lei n.º 7.347/1985, que disciplina a ação civil pública, é correto afirmar que
- (A) em regra, a ação civil pública deve ser proposta no foro de domicílio do autor.
 - (B) o pedido não poderá contemplar obrigação de fazer ou não fazer.
 - (C) o Município tem legitimidade para propor ação civil pública.
 - (D) não será concedida medida liminar sem prévia realização de audiência de justificação.
 - (E) a Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação civil pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

48. Assinale a alternativa em que está presente uma causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (A) Depósito do montante integral.
 - (B) Transação.
 - (C) Compensação.
 - (D) Consignação em pagamento.
 - (E) Dação em pagamento de bens móveis.
49. A atividade da administração pública que, exercida de forma regular, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos autoriza a cobrança de
- (A) receita originária.
 - (B) tarifa.
 - (C) imposto.
 - (D) taxa.
 - (E) contribuição social.

50. São fontes secundárias do direito tributário
- (A) os decretos regulamentares e as normas complementares.
 - (B) os decretos autônomos e os decretos legislativos.
 - (C) as medidas provisórias e as leis complementares.
 - (D) os decretos legislativos e as resoluções.
 - (E) as resoluções e os decretos autônomos.
51. O imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI), não incide, dentre outras situações, sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital. A referida não incidência se traduz em
- (A) modalidade de não exercício da competência tributária dos municípios, posto que seu exercício é facultativo.
 - (B) modalidade de renúncia de receita tributária.
 - (C) hipótese de imunidade constitucionalmente prevista.
 - (D) isenção a ser regulamentada por lei municipal.
 - (E) remissão a ser regulamentada por lei municipal.
52. Excetuando-se os impostos lançados por períodos certos de tempo, o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se, regra geral, pela lei vigente na data da
- (A) constituição do crédito tributário.
 - (B) ocorrência do fato gerador, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
 - (C) constituição definitiva do crédito tributário.
 - (D) extração da Certidão de Dívida Ativa.
 - (E) inscrição do crédito na Dívida Ativa.
53. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo pago indevidamente prescreve em
- (A) 10 anos.
 - (B) 5 anos.
 - (C) 3 anos.
 - (D) 2 anos.
 - (E) 1 ano.
54. Tratando-se de lançamento por homologação, passados cinco anos da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se pronuncie a respeito do pagamento promovido pelo sujeito passivo, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, verificar-se-á a
- (A) prescrição quinquenal.
 - (B) prescrição intercorrente.
 - (C) homologação tácita.
 - (D) remissão.
 - (E) preempção.

55. De acordo com a lei que rege a execução fiscal, à Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária
- (A) civil e comercial.
 - (B) econômica e financeira.
 - (C) financeira e penal.
 - (D) orçamentária e penal.
 - (E) empresarial e financeira.

DIREITO FINANCEIRO

56. Determina a Lei Orgânica do Município de Sertãozinho que a lei que instituir _____ estabelecerá, de forma setorizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.
- (A) as diretrizes orçamentárias
 - (B) o plano plurianual
 - (C) o orçamento anual
 - (D) o plano de investimentos
 - (E) as despesas municipalizadas
57. Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são classificados, segundo a Lei Geral do Orçamento, como
- (A) suplementares.
 - (B) complementares.
 - (C) extraordinários.
 - (D) especiais.
 - (E) finalísticos.
58. O produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação, constitui, nos termos da Lei Geral do Orçamento,
- (A) reserva de mercado.
 - (B) reserva de garantia.
 - (C) fundo especial.
 - (D) receita derivada.
 - (E) receita empresarial.

59. No Município de Sertãozinho, o Plano de Seguridade Social do Servidor é custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias dos servidores públicos municipais, bem como pelo Poder Público municipal, em proporções definidas em lei, por intermédio
- (A) da Caixa de Pensão dos Servidores do Município.
 - (B) da Caixa de Pecúlio e Pensão do Servidor Municipal.
 - (C) da Caixa Previdenciária e Assistencial do Servidor Municipal.
 - (D) do Sistema de Custeio e Benefícios do Servidor Municipal.
 - (E) do Sistema de Seguridade Social do Município.
60. Para os efeitos da Lei Complementar n.º 101/00, o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com as deduções que prevê, é entendido como receita
- (A) corrente líquida.
 - (B) corrente bruta.
 - (C) patrimonial.
 - (D) originária.
 - (E) ordinária.
61. As despesas empenhadas, distinguindo-se as processadas das não processadas, mas não pagas até 31 de dezembro, de acordo com a Lei Geral do Orçamento, são consideradas
- (A) refinanciamento de dívida.
 - (B) contraprestação de garantia.
 - (C) operação de crédito.
 - (D) compromisso financeiro.
 - (E) restos a pagar.

DIREITO PENAL

62. “Considera-se praticado o crime no momento _____, ainda que outro seja o momento _____; considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, _____.”
- Assinale a alternativa que preenche, correta, completa e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) da ação ... do resultado ... bem como onde se deu a prisão em flagrante do agente
 - (B) da ação ou omissão ... do resultado ... bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
 - (C) da ação ou omissão ... da descoberta do crime ... não sendo relevante o local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
 - (D) do resultado ... da ação ou omissão ... bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
 - (E) do resultado ... da ação ou omissão ... não sendo relevante o local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado

63. Assinale a alternativa que apresenta um caso hipotético que seria julgado pela lei penal brasileira, considerando as regras da territorialidade do art. 5.º do CP.
- (A) Furto de computador da embaixada brasileira estabelecida na França, praticado por um Croata.
 - (B) Roubo à agência do Banco do Brasil, estabelecida em Roma, praticado por autores desconhecidos.
 - (C) Tentativa de homicídio do Presidente do Brasil, na Bélgica, praticado por um belga em coautoria com um brasileiro.
 - (D) Lesão corporal de marinheiro holandês contra marinheiro alemão dentro de navio privado, de bandeira portuguesa, que está ancorado em porto brasileiro.
 - (E) Falsificação de documento de identidade emitido pela Rússia, praticado por brasileiro no Paraguai, em cidade localizada a 2 km da fronteira com o Brasil.
64. A falsificação de cartão de crédito é
- (A) fato atípico.
 - (B) equiparada à falsificação de moeda.
 - (C) equiparada à falsificação de selo público.
 - (D) equiparada à falsificação de documento público.
 - (E) equiparada à falsificação de documento particular.
65. O crime de corrupção ou poluição de água potável (CP, art. 271)
- (A) admite a modalidade dolosa, mas não a culposa.
 - (B) é punido com pena privativa de liberdade, cumulada com multa.
 - (C) só se caracteriza se, como resultado da ação, a água se tornar imprópria para consumo ou nociva à saúde.
 - (D) só se caracteriza se o objeto material (água potável) for de uso comum.
 - (E) tem pena aumentada de 1/2 a 2/3 se ocorrer em período de estiagem ou falta d'água.

66. A conduta de “iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria” configura crime de
- (A) descaminho.
 - (B) contrabando.
 - (C) falsidade ideológica.
 - (D) sonegação de contribuição.
 - (E) falsificação de selo ou sinal público.

67. Com relação aos Direitos Políticos, é correto afirmar que

- (A) o indivíduo que nasce no Brasil adquire desde o momento do nascimento a cidadania brasileira.
- (B) a perda ou suspensão dos direitos políticos ocorrem exclusivamente pelo cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, pela condenação criminal transitada em julgado e, enquanto perdurarem seus efeitos, pela recusa ao cumprimento de obrigação a todos imposta ou prestação alternativa e pela improbidade administrativa.
- (C) o Brasil adota o sistema de sufrágio censitário como meio de exteriorizar o sufrágio universal.
- (D) são institutos da democracia participativa o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.
- (E) a perda dos direitos políticos do parlamentar, por condenação criminal transitada em julgado, por pena superior a do mandato, implica automaticamente na perda deste, bastando a comunicação da condenação feita pelo Judiciário ao Legislativo.

68. Assinale a alternativa correta.

- (A) Por serem pessoas jurídicas de natureza privada, não cabe mandado de segurança contra representantes ou órgãos de partidos políticos.
- (B) É de competência absoluta da justiça comum estadual o processamento e o julgamento de lides existentes entre filiados e partidos políticos, ainda que a controvérsia verse sobre interesses que influam no processo eleitoral.
- (C) O estatuto de novo partido deve ser registrado no Tribunal Superior Eleitoral e seu registro nacional só terá validade se comprovado o apoio de eleitores correspondente a, no mínimo, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, assim distribuídos por um terço ou mais dos Estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que votou em cada um destes Estados.
- (D) O prazo para propositura da representação por infidelidade partidária pelo partido político é de 60 dias contados da data da desfiliação do parlamentar.
- (E) A propaganda partidária gratuita em bloco, que divulgou propaganda de candidatos a cargos eletivos ou a defesa de interesses de outros partidos, sofrerá a cassação do direito de transmissão imediatamente após a decisão que aplicou a referida sanção.

69. De acordo com a Lei Complementar n.º 64/90, é(são) inelegível(is), para cargos eletivos,

- (A) os inalistáveis, os analfabetos e os maiores de setenta anos.
- (B) os servidores públicos de órgão da administração direta do Município que não se afastarem até três meses antes do pleito a que pretendem concorrer, garantido o direito à percepção de seus vencimentos integrais.
- (C) o prefeito municipal que se afastou definitivamente de seu cargo um ano antes para concorrer à reeleição.
- (D) os candidatos que não estejam filiados ao respectivo partido político pelo menos seis meses antes da data fixada para eleições, majoritárias ou proporcionais.
- (E) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos três meses anteriores ao pleito para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito.

70. A respeito do abuso de poder nas eleições, considerando a jurisprudência relativa ao tema e à legislação de regência, assinale a alternativa correta.

- (A) O Juiz Eleitoral responsável pelo registro de candidatura é o competente para apurar o uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico ou do poder de autoridade, ou a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, tanto nas eleições gerais como nas eleições Municipais.
- (B) Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, não há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o vice da chapa majoritária, nas ações que visam apurar o abuso de poder ou o uso indevido dos meios de comunicação social.
- (C) O candidato diretamente beneficiado pelo desvio ou abuso de poder que sofrer condenação por reconhecimento dessa conduta não será inelegível, mas sofrerá cassação do registro ou do diploma.
- (D) De acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, as ações de investigação judicial eleitoral (AIJE) fundadas em abuso de poder e condutas vedadas a agentes públicos podem ser propostas até a data da diplomação.
- (E) Para configuração do ato abusivo, o julgador deverá considerar a potencialidade de o fato alterar o resultado do pleito, razão pela qual, independentemente da gravidade das circunstâncias, poderá julgar improcedente o pedido, caso o abuso não seja potencialmente capaz de interferir no resultado das eleições.

71. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os candidatos deverão encaminhar à Justiça Eleitoral o conjunto das prestações de contas até o 15.º dia posterior à realização das eleições, sob pena de desaprovação.
- (B) Eventual débito de campanha não quitado até a data da apresentação da prestação de contas não pode ser assumido pelo partido político ao qual está filiado o candidato, implicando, necessariamente, na desaprovação das contas prestadas.
- (C) A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação do candidato eleito, enquanto perdurar.
- (D) A Justiça Eleitoral notificará o candidato que não apresentou as contas de campanha para que as preste em setenta e duas horas e, perdurada a omissão, as contas serão desaprovadas, sem, contudo, implicar em restrição de direitos políticos do interessado.
- (E) Havendo sobra de recursos financeiros ao final da campanha, esta deverá ser declarada na prestação de contas e, após o seu julgamento, poderá ser levantada pelo candidato para sua conta pessoal.

72. Considerando a jurisprudência e a legislação atinentes aos crimes eleitorais, é correto afirmar que

- (A) nos termos da Lei Complementar n.º 64/90, constitui crime a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou com manifesta má-fé.
- (B) a captação ilícita de sufrágio pode resultar na cassação do registro ou diploma do candidato envolvido, sem responsabilização criminal por esse fato.
- (C) constituem crimes, no dia da eleição, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, bem como a manutenção de sítio eletrônico oficial de candidatos ao pleito na rede mundial de internet.
- (D) segundo a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, basta o dolo específico do agente para caracterização do crime de corrupção eleitoral, ainda que o corruptor eleitoral passivo não seja apto a votar.
- (E) o crime de majoração de preços de utilidades e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, impressão, publicidade e divulgação de matéria eleitoral, é punido com pena privativa de liberdade de reclusão e multa.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

73. O art. 225 da CF/88 dispõe que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Esse dispositivo está relacionado ao desenvolvimento sustentável e representa o princípio da

- (A) equidade intergovernamental.
- (B) qualidade de vida.
- (C) solidariedade governamental.
- (D) equidade intergeracional.
- (E) qualidade e equilíbrio intergovernamental.

74. O Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal, a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Entende-se por Reserva Legal a área

- (A) protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico da fauna e da flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- (B) localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico, de modo sustentável, dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa.
- (C) de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, nesse último caso, a adoção do regime de pousio.
- (D) explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3.º da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006.
- (E) sujeita à administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

- 75.** Considera-se Licenciamento Ambiental o procedimento administrativo
- (A) que busca proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente.
 - (B) que permite harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente.
 - (C) destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
 - (D) que permite ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas por Lei.
 - (E) que dá origem à ação do ente da Federação que visa auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas por Lei.
- 76.** Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto no Estatuto da Cidade, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante algumas diretrizes, como a gestão democrática das cidades, gestão esta que será exercida por meio
- (A) da garantia do direito a cidades em desenvolvimento, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao trabalho e ao lazer, para as presentes gerações.
 - (B) da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
 - (C) da cooperação entre os governos e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse nacional.
 - (D) do planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a corrigir as distorções do crescimento urbano e rural.
 - (E) da oferta de equipamentos comunitários, do transporte e dos serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e das características regionais.
- 77.** Dentre outras, constitui diretriz geral de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a
- (A) gestão setorial dos recursos hídricos, com dissociação dos aspectos quantitativos.
 - (B) articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão socioeconômica da biota.
 - (C) integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.
 - (D) prevenção contra eventos hidrológicos críticos de origem natural.
 - (E) utilização articulada e diversificada dos recursos hídricos, incluindo o transporte pelas vias terrestre e marítima.
- 78.** Acerca dos direitos fundamentais do idoso, afirma-se que
- (A) o envelhecimento é direito transmissível aos sucessores do idoso, e sua proteção tem caráter multidisciplinar.
 - (B) o direito à liberdade compreende, entre outros, a faculdade de ir e vir a espaços comunitários não sujeitos a restrições legais.
 - (C) os alimentos serão prestados nos termos do Estatuto do Idoso.
 - (D) a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
 - (E) é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde, permitida a cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- 79.** A Lei n.º 12.651/12 atenderá ao seguinte princípio, dentre outros:
- (A) fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa.
 - (B) compromisso ambiental internacional do Brasil com a preservação das suas florestas e dos recursos hídricos, bem como a redução de gás efeito estufa para o bem estar das presentes gerações.
 - (C) criação de incentivos econômicos e científicos para recuperação das funções sociais em áreas de vegetação mista.
 - (D) responsabilidade privativa da União na criação de políticas públicas para restauração da vegetação nativa.
 - (E) ações dirigidas a ONGs e sociedade civil de uso sustentável de florestas, dissociado do uso da terra e de preservação da água para esse fim.

80. Segundo a Lei n.º 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é sua diretriz

- (A) a responsabilidade do poder público, da sociedade civil e das ONGs a informação referente aos transtornos diferenciados.
- (B) a participação da comunidade na formulação de políticas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista, excluído o controle de sua implantação.
- (C) o estímulo à pesquisa científica, sem, no entanto, a salvaguarda da prioridade para estudos epidemiológicos para dimensionar a magnitude do transtorno.
- (D) a atenção setorial às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o tratamento terapêutico complementar.
- (E) a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista.

